

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PORTUGUÊS ANGOLANO E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO EM ANGOLA

ANGOLAN PORTUGUESE AND THE LINGUISTIC PREJUDICE IN ANGOLA UNDER CONSIDERATION

Yuran Fernandes Domingos Santana

Alexandre António Timbane

UNILAB

Resumo: Angola é um país que exibe uma profusa presença de línguas e povos, sendo uma nação plurilíngue e pluricultural. Entretanto, a língua portuguesa é a única língua constitucionalmente oficializada e possui também o estatuto de veículo e matéria de ensino. Atualmente, o português possui 71% de falantes (ANGOLA, 2016), no entanto, fato é que a variedade falada pelos angolanos carrega as marcas dos processos de contato linguístico entre o português e as diversas línguas africanas existentes no território angolano. Dessa forma, o português angolano é uma variedade falada no espaço geográfico de Angola e reflete as experiências e particularidades sócio-históricas dos angolanos. Com base numa pesquisa bibliográfica, buscase no presente trabalho refletir a respeito do português angolano e o preconceito linguístico a partir desta variedade, posto que diversos falantes angolanos, inclusive aqueles que têm a língua portuguesa como L1, julgam não saber falar português porque a língua portuguesa falada por eles não obedece às normas do português europeu. De mais a mais, os programas de ensino de língua portuguesa nas escolas do país obedecem à norma do português europeu, estabelecendo como padrão de “língua certa” um modelo que se afasta da variedade falada até pela própria elite escolarizada e urbana do país.

Palavras-chave: Português angolano; preconceito linguístico, variação linguística.

Abstract. *Angola is a country that exhibits a profuse presence of languages and peoples, being a multi-lingual and multi-cultural nation. However, the Portuguese language is the only constitutionally official language and also has the status of vehicle and teaching material. Currently, Portuguese has 71% of speakers (ANGOLA, 2016), however, the fact is that the variety spoken by Angolans bears the marks of the processes of linguistic contact between Portuguese and the various African languages existing in the Angolan territory. In this way, Angolan Portuguese is a variety spoken in the geographical space of Angola and reflects the experiences and socio-historical particularities of Angolans. Based on a bibliographic search, the present work seeks to reflect on Angolan Portuguese and linguistic prejudice based on this variety, since several Angolan speakers, including those who have the Portuguese language as L1, think they do not know how to speak Portuguese because Portuguese language spoken by them does not obey the rules of European Portuguese. Furthermore, the Portuguese language teaching programs in the country's schools follow the norm of European Portuguese,*

establishing as a “right language” standard a model that differs from the variety spoken even by the country’s educated and urban elite.

Key-words: *Angolan Portuguese; linguistic prejudice, linguistic variation.*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Angola é um país da África Austral, ex-colônia de Portugal e, portanto, país lusófono, uma vez que oficializou unicamente o português num contexto em que há convivência no mesmo território de várias línguas africanas, europeias e asiáticas. Das línguas africanas faladas no país se destaca as línguas do grupo bantu, do grupo khoisan e a língua de sinais. As fronteiras linguísticas são diferentes das fronteiras geopolíticas, por isso os angolanos das regiões fronteiriças falam línguas de países vizinhos. A partilha de África não respeitou a diversidade linguística, o que fez com que famílias ou grupos étnicos fossem separados por uma fronteira física. É o caso de kwanyama (que também é uma das línguas da República da Namíbia), o kikongo (que também é uma das línguas da República Democrática do Congo) e o luvale (que também é falado na República da Zâmbia).

As discussões acerca da variedade do português angolano (doravante PA) vêm sendo feitas cada vez mais com frequência, quer por pesquisadores angolanos, quer por outros interessados pela variedade que se formou em Angola. Tais discussões visam refletir, sobretudo, a respeito das características gramaticais definidoras da LP falada pelos angolanos e contribuir para a sistematização dessa variedade. Pode-se citar debates promovidos pelo “Grecorpa, da UAN” e “Ngola Linguística” apenas como exemplos.

A Sociolinguística se dedica ao estudo da língua usada em contexto real, analisando e controlando as variáveis linguísticas e sociais. Essa perspectiva de estudos da linguagem permite uma abordagem que considera a língua como fenômeno linguístico heterogêneo e suscetível à variação e à mudança no tempo e no espaço. É nesse sentido que traremos algumas discussões para nortear a presente pesquisa. A obra “Preconceito linguístico” (2015), do linguista brasileiro Marcos Bagno, apresenta 8 mitos que caracterizam a existência do preconceito linguístico na língua portuguesa. Por exemplo, o mito nº 2, bastante arraigado entre os falantes da língua portuguesa no Brasil, se baseia na crença de que “o brasileiro não sabe português/só em Portugal se fala bem português” (BAGNO, 2015). O mesmo ocorre em Angola, pois esse mito está bastante arraigado especialmente em adultos, tal como veremos mais adiante. A língua portuguesa (LP) falada pelos angolanos possui diferenças lexicais, morfológicas, fonético-fonológicas, sintáticas e semânticas em relação ao português falado em Portugal.

Em Angola, é bastante comum que as pessoas digam que “só em Portugal se fala bem o português e que os angolanos falam mal”. Os falantes se baseiam na ideia da existência de “língua certa” e quem não obedece a esse padrão “não sabe falar” a LP. Essa visão sobre a língua está permeada de preconceitos linguísticos, pois tende a homogeneizar a língua como se existisse uma única forma correta de falar uma língua. Isso acontece devido ao desconhecimento das realidades

sociolinguísticas que provocam essas diferenças. O português falado no país (que tecnicamente chamaremos de Português Angolano-PA) contempla os inequívocos traços do contato linguístico secular entre a língua portuguesa e as diversas línguas africanas, sobretudo as línguas do grupo bantu.

Não existe uma única forma de falar a LP, porque a língua é uma soma de variantes, variedades e dialetos. A norma-padrão é uma norma artificial que obriga o cumprimento das regras da gramática normativa, conseqüentemente, a norma europeia ou lusitana. Não se deve homogeneizar a realidade linguística, fixar uma variedade como a única “correta” e tratar as outras como “incorretas”, pois toda e qualquer língua é um conjunto heterogêneo de variedades. Nesse sentido, quando falamos do português, estamos a fazer referência a um conjunto de variedades (FARACO, 2005). Em outras palavras, quando falamos da LP, estamos nos referindo às variedades angolana, brasileira, moçambicana, europeia, entre outras, pois não existe um único padrão de língua. Todas essas variedades formam o sistema linguístico a que denominamos LP.

Por conseguinte, o PA é uma das variedades que formam a LP. A sua formação está ligada ao contexto sócio-histórico do país, carregando as peculiaridades das experiências históricas e socioculturais dos angolanos. Nesse sentido, Faraco (2005, p. 32) constata que

Cada variedade é resultado das peculiaridades das experiências históricas e socioculturais do grupo que a fala: como ele se constituiu, como é sua posição na estrutura socioeconômica, como ele se organiza socialmente, quais seus valores e visão de mundo, quais suas possibilidades de acesso à escola, aos meios de informação, e assim por diante.

O PA é uma variedade que resultou do contato entre o português surgido na Península Ibérica (Europa) com as diversas línguas africanas utilizadas no espaço geopolítico chamado Angola. O PA é uma variedade falada no espaço geográfico angolano e que reflete os mais de 400 anos de contato linguístico entre idiomas africanos e a língua portuguesa proveniente da Península Ibérica (Portugal). Assim sendo, os angolanos falam a sua própria variedade do português, formada através do processo de contato linguístico que começou com a chegada dos portugueses ao território angolano e que continuou durante a colonização e prossegue até os dias atuais.

Por essa razão, nos últimos anos têm surgido diversos estudos que se propõem a fazer descrições sistemáticas que permitem a identificação e normatização da variedade angolana do português e impulsionem a produção de instrumentos normativos que possibilitam o seu ensino nas escolas do país.

O presente artigo tem como objetivo abordar o fenômeno do preconceito linguístico a partir do PA. O texto busca igualmente contribuir para a melhoria do ensino de língua portuguesa no país, enfatizando a ideia de que a variação e a mudança são inerentes à língua. Para a realização do presente trabalho, utilizamos o método bibliográfico a fim de reunir as informações que serviram de base para a construção da pesquisa. Utilizamos, para análise e tratamento dos dados, a pesquisa quantitativa. A primeira seção levanta debates sobre a situação sociolinguística de Angola,

mostrando a origem e a localização das diversas línguas no espaço angolano. Na segunda seção, questiona-se que língua portuguesa é falada em Angola, pois durante a nossa abordagem, percebe-se que o discurso de governantes e meios de comunicação social insistem na ideia de que os angolanos falam o português europeu, entretanto, constatações empíricas e científicas demonstram que no país fala-se o PA, variedade resultante do contato entre o português e as línguas africanas em Angola. Na terceira seção, abordamos o ensino de língua portuguesa e variação linguística nas escolas angolanas, refletindo sobre a presença da sociolinguística e dos conteúdos sobre variação linguística nas aulas de língua portuguesa no país. Na seção seguinte, aplicamos um questionário para jovens angolanos residentes nas províncias de Luanda e Bengo (em Angola), por forma a compreender as ideias desses falantes sobre a língua portuguesa. No final, o texto apresenta as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas.

1 - ASPECTOS SOCIOLINGUÍSTICOS DE ANGOLA: UM MOSAICO MULTILINGUÍSTICO

1.1 - AS LÍNGUAS BANTU

O nome **línguas bantu** é um termo da linguística africana utilizado por Bleek em 1862, Greenberg em 1963, por Guthrie em 1967-1971, por Doke em 1945, Cole em 1961, entre outros linguistas do séc. XVIII e XIX para designar um conjunto de línguas com características comuns: (i) ter um sistema de gêneros gramaticais não inferior ao número de cinco; (ii) ter um vocabulário comum a outras línguas, a partir do qual se pode deduzir que surgiram de uma língua comum; (iii) ter um conjunto de radicais invariáveis que se formam por meio de aglutinação de afixos (NGUNGA, 2015). Chicuna (2018) é de opinião que o termo bantu não apenas indica o elemento linguístico, mas também é usado para designar uma cultura ou um povo.

Os falantes das línguas bantu localizam-se na região que se estende da África ocidental, na África central (Montes Camarões) até ao sul de África (atual África do Sul). “Bantu” é formado pela palavra “-ntu” que significa “pessoa” e antecedido pelo prefixo “ba-” (classe 2), que é o prefixo da marca do plural para as diversas línguas desse grupo linguístico. “Bantu” significa “pessoas”. Segundo Ngunga (2015, p.35), a palavra ‘pessoa’ -ntu pode variar para -du, -nhu, -nthu, -thu, -tu etc, a depender de cada língua. **Língua bantu** é um termo da linguística africana, motivo pelo qual procuramos manter a sua originalidade sem aportuguesá-lo ou inglesalizá-lo. Não usamos o termo **língua banta** porque -nta não significa “pessoas” em nenhuma língua africana daquele grupo, o que foge da concepção inicial dos primeiros pesquisadores. Devemos aos primeiros pesquisadores os primeiros estudos comparativos e classificatórios das línguas africanas, por isso torna-nos justo manter o termo “línguas bantu” ou “língua bantu” mantendo a etimologia da palavra “pessoa” (-ntu).

Com relação as primeiras classificações das línguas bantu há que considerar a classificação de Guthrie publicada em 1971, que veio a sofrer alterações e adequações ao longo dos tempos. Os estudos de Maho (2003 e 2009) atualizaram as classificações, especialmente no que toca aos

conceitos de língua, variante e dialeto, que não estavam consolidados nos anos 60 e 70. Maho manteve a classificação de raiz (A, B, C, D, E, F, G, H, J, K, L, M, N, P, R, S) e ajustou as línguas, variantes e dialetos. Confessamos que estes estudos de Maho (2003 e 2009) não são definitivos. A cada vez que surgem novos estudos ainda se vai atualizar. Para além disso, há línguas que desaparecem e outras que nos estudos iniciais não tinham expressividade e hoje se revitalizaram transformando-se em línguas faladas nas comunidades.

Em África existem mais de 2000 línguas divididas em quatro grandes grupos que são: nigero-congolês (com 1436 línguas), afro-asiático (371 línguas), nilo-saariano (196 línguas) e koisan (35 línguas), de acordo com Heine e Nurse (2000) e Petter (2015). Para além destas existem línguas de origem asiática no Madagascar e crioulos de base lexical de línguas europeias que se formaram por processos históricos. No contexto angolano, utiliza-se a expressão “línguas nacionais” para se referir as línguas faladas pelos povos bantu e khoisan que ocupam aquele espaço geopolítico, incluindo o português e língua de sinais. A seguir vamos apresentar as línguas bantu faladas em Angola, segundo Maho (2009)¹ que atualiza a classificação feita por ele em 2003 e que atribui o nome de ‘Nova Lista Atualizada de Guthrie-NUGL’. Segundo Maho, as grafias dos nomes podem variar, resultado da falta de padronização ortográfica das diversas línguas tanto pelos falantes quanto pela literatura publicada:

O **Grupo kikongo (H10)** é composto pelas línguas ndingi ou ndinzi (H14), mboka (H15) e kikongo (H16). O **Grupo kimbundu (H20)** é composto pelas línguas kimbundu (H21), sama (H22), bolo ou haka (H23), songo (H24), mbangala (H34) e shinji ou yungo (H35). O **Grupo ciokwe-Luchazi (K10)** é composto pelas línguas chokwe (K11), luimbi (K12a), ngangela, nyemba (K12b), Luchazi ou lujazi ou ponda (K13), Lwena, Luvale (K14), mbumba (K15), nyengo (K16), mbwela (K17), nkangala (K18). O **Grupo Umbundu (R10)** é formado pelas línguas kuvale (R101), kwisi (R102), Mbali, olumbali, kimbari (R103), umbundu (R11), ndombe (R12), yaneka (R13) e khumbi (R14). O **Grupo Wambo (R20)** é composto pelas línguas Kwanyama (R21), dialeto kafima (R211), dialeto kwankwa (R216), ndongwena (R215), dialeto evale (R212), dialeto mbandja (R213), dialeto domdondola (R217), dialeto esinga (R218). O **Grupo Herero (R30)** é composto pelas línguas herero, zemba (R311).

As línguas do grupo kimbundu (H20) são faladas pelo povo mbundu nas províncias do Bengo, Luanda, Kwanza-Norte, Malanje e parte do Kwanza-Sul; as línguas do grupo kikongo (H10) são faladas pelo povo kongo localizado nas províncias de Cabinda, Zaire e Uíge; as línguas do grupo cokwe (K10) são faladas pelo grupo lunda-cokwe e são faladas nas províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul, Móxico e Bié; na região centro-Sul encontram-se diversos grupos etnolinguísticos, entre os quais ovimbundu, “ocindonga”, owambo, nyaneka-humbe, “ovingangela” e herero. O grupo umbundu (R10) é a mais representativa na parte sul do país, seguido, nhaneca (R22), herero

1. Os dados da classificação foram extraídos de Maho (2009) da versão online da Nova Lista de Guthrie Atualizada, uma classificação referencial das línguas Bantu. Esse documento compreende uma atualização e expansão da classificação de 1971 de Malcolm Guthrie das línguas Bantu. Esta é a segunda atualização desse tipo, a primeira sendo Maho (2003). Este documento online constitui uma versão simplificada de uma atualização futura que está sendo preparada para a publicação adequada. (MAHO, 2009, p.2, tradução livre, nossa).

(R30), kwanyama (R21) e “cindonga” (R22) (ZAU, 2011; TIMBANE, SANTANA, AFONSO, 2019).

Não há consenso entre linguistas que estudam as línguas angolanas no quesito quantidade de línguas. O primeiro problema que os conceitos de língua, dialeto e variante (falares) não são claro. O grande problema é que se busca conceitos eurocentristas para definir as línguas africanas, o que redundava num fracasso. Não é por acaso que Redinha (Apud Chicuna, 2018, p.30) cita nove grupos de línguas² e dezoito falares³ do kiyombe que são falares do kikongo.

Enquanto não houver uma definição clara do que seja língua, variante e dialeto, os estudos linguísticos na África terão muitas dificuldades em consolidar quantitativamente as línguas faladas. É que a língua não serve apenas para falar e expressar ideias, carrega outros significados sócio-históricos, culturais e valores inexistentes nas línguas europeias. Diagne (2010, p.247-248) entende a língua como sistema, instrumento de comunicação e um fenômeno histórico, porque ela tem a sua própria história. E a língua foi inventada para ser falada e não para ser escrita. Por isso, não existe nenhuma forma original da representação da fala, do pensamento (CAGLIARI, 2009). O sistema de escrita é uma simples convenção (“artificial”) e a ortografia é a lei que orienta sobre como escrever.

1.2 - LÍNGUAS KHOISAN

Em Angola há poucos estudos descritivos sobre as línguas do grupo khoisan. Sentimo-nos na obrigação de trazer uma breve discussão bibliográfica sobre essas línguas que estão em vias de extinção em Angola devido a falta de incentivo e de políticas linguísticas e publicações que visam preservar essas línguas. Apesar de a Constituição da República (2010, grifo nosso) em seu Art. 19º determinar que “o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional”, não existe nenhuma política prática que realmente procure valorizar e promover essas línguas.

A palavra khoisan é um termo linguístico criado por Bleek e outros linguistas do séc. XVIII e XIX para designar um conjunto de línguas com uma característica comum: uso de cliques. Essas línguas têm características diferentes em nível da gramática, especialmente na formação lexical e sintática. A palavra khoisan é formada pelas palavras **khoekoe** (que significa ‘pessoa’) e **saan** (que significa ‘morador do mato’) na língua **nama**, uma das línguas deste grupo falada na Namíbia, Botsuana e África do Sul por mais 200 mil pessoas (FEHN, 2017).

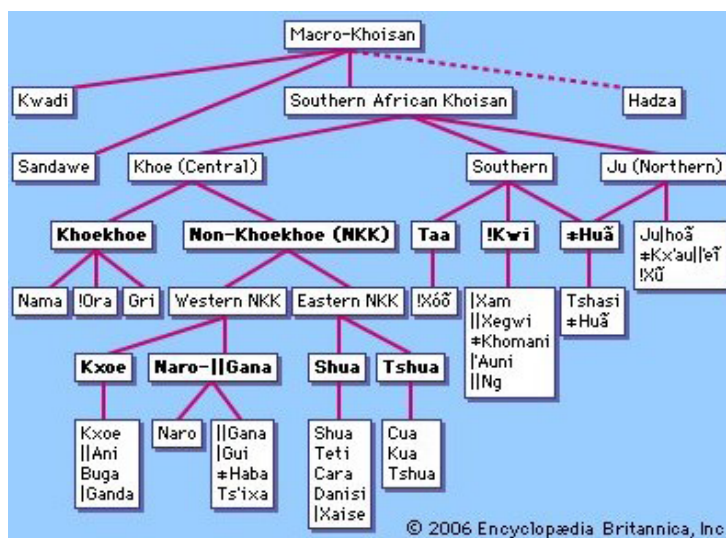
Quanto às línguas do grupo Khoisan faladas em Angola, destacam-se as línguas kankala (bosquimano) e vakankala (hotentote), estas têm como variantes kankala (bosquimano), hotentote, kazama, kasekele e kwankala (ZAU, 2011). Segundo o autor, para além dos bantu e dos khoisan, há um terceiro grupo denominado vátua, o qual fala as línguas kwisi e kwepe que são faladas por

2. cokwe, kimbundu, kikongo, ngangela, olunyaneka, oshihelelo, ovakwanyama, oshindonga e umbundu.

3. kilingi, kikotchi, kikwakongo, kimboma, kinzenge, kihungu, kinsoso, kipaka, kipombo, kisikongo, kisolongo, kisuku, kusundi, kivili, kiwoyo, kiyaka, kiyombe, kizombo. Para além destes falares, o autor ainda acrescenta kisundi, iwoyo, kivili, kilinji, kikoci, kikwakongo que são falares de Cabinda.

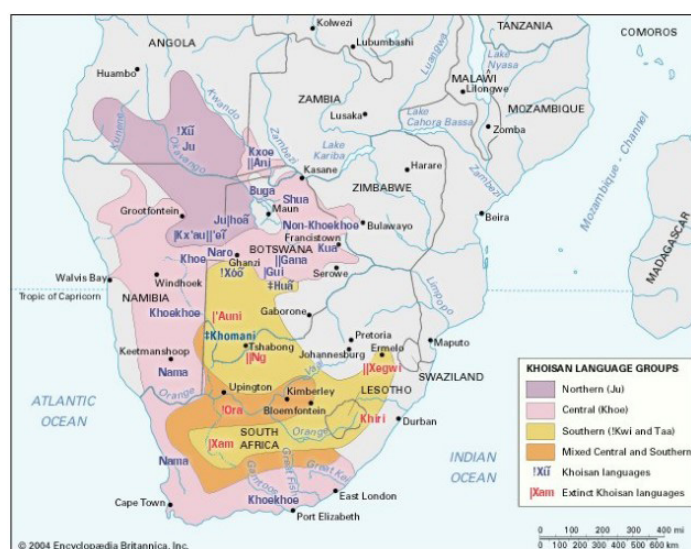
povos com os mesmos nomes, isto é, pelos povos kwisi e kwepe. O esquema a seguir mostra a classificação das línguas khoisan na África, segundo Köhler na Enciclopedia Britannica (2006).

Esquema 1: Distribuição de todas as línguas khoisan, segundo Köhler



Os estudos das línguas dos khoisan ainda não é conclusivo, uma vez que ainda há grupos nômades e isolados o que pode dificultar a gravação, análise e descrição por parte dos pesquisadores. Os estudos de Heine & Honken (2010) e Morton & Hitchcock (2014) mostram que ainda há novas descobertas e novas identificações de variantes e dialetos destas línguas. O mapa a seguir mostra a distribuição desse grupo de línguas ao longo da região Sul do continente africano:

Mapa 1: Localização dos grupos linguísticos khoisan na África Austral.



Fonte: Köhler (2004, s.p.)

No mapa é possível observar que em Angola se fala as línguas do grupo !Xu, Ju e kxoe. Essas línguas são faladas de forma isolada ao longo do território da atual República de Angola.

Como dissemos anteriormente, os limites políticos são diferentes dos limites étnicos. Algumas línguas do grupo khoisan são faladas em pelo menos dois territórios (países), tal como se observa no mapa 1. As línguas do grupo khoisan são línguas minoritárias e não existe neste momento esforço político para revitalizá-las e expandi-las por meio do ensino formal.

Olhando para o mapa 1 percebe-se que Angola é, de fato, um país plurilíngue e pluricultural. Todavia, a língua portuguesa é a única língua constitucionalmente reconhecida como oficial (Art.19º, da Constituição da República de Angola, 2010). Esse cenário faz da língua portuguesa o idioma mais utilizado nos atos oficiais do poder público angolano, seja no âmbito interno (constituição, leis ordinárias, atos políticos, sentenças judiciais, atos administrativos, discursos oficiais, entre outros), seja no âmbito externo (tratados e convenções internacionais nos PALOP e na CPLP). Assim sendo, a língua portuguesa possui primazia em detrimento das línguas africanas existentes no país.

No sistema educativo, por exemplo, a língua portuguesa funciona como meio exclusivo de ensino, o que significa que há exclusão das línguas nativas angolanas. A não oficialização das línguas de origem africana atenta contra o plurilinguismo no país e institui cada vez mais o monolinguismo e a monocultura. Assim sendo, o poder político pode apreciar os argumentos discutidos em política linguística para tomar decisões acertadas em prol das línguas locais, preservando assim a diversidade linguística e cultural angolana.

As línguas autóctones angolanas estão ligadas aos grupos étnicos existentes no país, cumprindo as suas funções comunicativas e expressando a identidade e cultura desses povos. A não oficialização dessas línguas estigmatiza os seus falantes e nega a possibilidade de serem reconhecidos os seus idiomas como sistemas de plena realização comunicativa. Além disso, ao não oficializar as línguas autóctones angolanas, o Estado estigmatiza a identidade e a cultura dos falantes desses idiomas não oficializados, já que a língua carrega traços socioculturais dos falantes.

Nas comunidades rurais, as tradições são expressas por meio das línguas locais. O canto, os provérbios, os contos, os mitos e os conhecimentos sobre as tradições são transmitidos pela oralidade e por meio das línguas locais. É por meio das línguas locais que os angolanos se comunicam com os seus antepassados, o que significa que a língua não é um simples instrumento de comunicação, mas também um elo entre os vivos e os mortos. Os ritos das culturas africanas também são expressos por meio de uma língua, e que só a língua local pode transmitir esse conjunto de valores.

2 - QUE LÍNGUA PORTUGUESA É FALADA EM ANGOLA?

Angola, à semelhança do que aconteceu com outras ex-colônias portuguesas em África, elegeu o português como língua oficial após a proclamação da sua independência, ocorrida no ano de 1975. Neste prisma, o Estado angolano passou a utilizar a língua portuguesa em todas as ações oficiais, com especial destaque para o setor da educação, onde ela passou a servir como meio pelo qual o ensino ocorre.

Mesmo depois de aproximadamente 500 anos de colonização, os debates sobre a língua portuguesa em Angola, colocam pesquisadores em dois lados opostos: pesquisadores que

defendem a autonomia do português angolano com relação ao português europeu e lutam pelo reconhecimento das características linguísticas da população angolana como legítimas até para a produção literária nacional. O outro grupo de pesquisadores recusa a existência da variedade do português angolano e defende a estrita observância das normas gramaticais do português europeu. Fato é que a língua portuguesa falada pela esmagadora maioria da população angolana contempla as expressivas marcas do contato linguístico que ocorreu entre o português e as diversas línguas africanas existentes em Angola.

O PA é uma variedade falada no espaço geográfico de Angola e que reflete as experiências e particularidades culturais e sócio-históricas do povo angolano. Nesse sentido, Timbane, Santana e Afonso (2019, p. 111) afirmam que o PA “é uma variedade do português que surgiu da interação entre o português e as diversas línguas do grupo bantu e khoisan faladas naquele espaço geográfico.” Zau (2011) argumenta que o PA é o corolário da evolução natural daquilo que outrora era designado como “pretoquês” e agora adquiriu peculiaridades específicas.

Apesar dos estudos sobre as características do português angolano e das constatações empíricas indicarem que estamos em presença de uma variedade alheia ao português lusitano, “Angola ainda obedece à norma linguística do português europeu” (MIGUEL, 2014). Dessarte, observa-se um defasamento entre a realidade sociolinguística do país e o ensino de português na escola, já que norma do português europeu contradiz frontalmente o saber intuitivo do falante angolano. O português falado pelos angolanos não é a variedade europeia e, nesse sentido, Inverno (2008, p. 118) é peremptória em afirmar que

[...] É importante sublinhar que, contrariamente à ideia implícita no discurso de governantes e meios de comunicação social, a variedade do português que se tem vindo a generalizar não é a variedade padrão europeia, mas sim uma variedade vernácula do português resultante do contacto com as línguas africanas num contexto multilíngue em que estas continuam a ser as mais faladas no dia-a-dia pela maioria da população e em que o acesso à educação formal e aos meios de comunicação social é ainda pouco generalizado.

Ora, essa variedade apresenta uma série de características fonético-fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas e semânticas, peculiares e que a distinguem do português falado na região da Península Ibérica. Inverno (2008) aborda a respeito de algumas especificidades do português angolano e, contrariamente ao que se afirma em alguns espaços do país, assevera que elas não constituem meros “erros” cometidos por falantes com baixo domínio do idioma, mas sim especificidades indicativas de uma variedade em formação, a qual denomina português vernáculo de Angola. Assim sendo, a autora destaca que

Algumas das especificidades linguísticas dessa variedade, a que chamamos português vernáculo de Angola, incluem um elevado nível de variação ao nível da concordância de número e género entre os elementos do sintagma nominal (ex.: Estas duas mulher; no mesmo barriga), entre o sujeito e o verbo (ex.:

documentos que vai para a Lunda) e entre o sujeito e o elemento predicativo (ex.: um dia seremos campeão). Verifica-se também a posposição do possessivo ao nome (ex.: um dos alunos seus), a substituição dos pronomes pessoais átonos pelos correspondentes tónicos (ex.: deixa ele falar), a generalização de se como único pronome reflexo (ex.: nós conseguimos se entender) ou apagamento do mesmo (ex.: ele chama_ MS) e ocorrência de fenómenos de negação descontínua (ex.: não considera como na cidade não). (INVERNO, 2008, p. 171).

Dessa forma, verifica-se que o português angolano apresenta fenómenos linguísticos que evidenciam as especificidades dessa variedade do português falado no território angolano. Além das peculiaridades destacadas na citação apresentada, outro fenómeno bastante comum no português angolano é a utilização da preposição locativa *em* na complementação dos verbos de movimento (ir, vir e chegar). A ocorrência desse padrão frásico é registrada no PA, conforme mostra os exemplos em (1) e (2):

Exemplo 1 - *Fui no centro da cidade* (INVERNO, 2008, p. 172)

Exemplo 2 - *A Rosa foi na escola muito descontente* (UNDOLO, 2014, p. 200)

O exemplo acima demonstrado indica um contraste entre a variedade do português angolano e do português europeu, pois o PA permite o emprego da preposição locativa *em* na complementação dos verbos de movimento, o que não é permitido pela norma do português europeu. Avelar e Galves (2014, p.161-162) demonstram que no português europeu a preposição comumente utilizada na complementação dos verbos de movimento é **a** ao invés de **em**.

a. *Fui/ Cheguei/ Vim no cinema.* PB: ok / PE: *

b. *Fui/ Cheguei/ Vim ao cinema.* PB: ok / PE: ok

É importante afirmar que Avelar e Galves (2014) demonstram ainda que as variedades do português brasileiro e moçambicano também permitem o emprego da preposição locativa *em* na complementação dos verbos de movimento, indicando, dessa maneira, uma proeminente diferença entre essas variedades e o português europeu. Há de fato diversos exemplos em vários níveis gramaticais que singularizam a variedade angolana com relação a outras variedades do português, mormente a variedade lusitana. Timbane e Manuel (2018, p. 107-108) afirmam que atualmente “as línguas europeias se enraizaram em África e adquiriram novas identidades de tal forma a que possamos afirmar que o português angolano, por exemplo, é uma língua angolana de origem europeia”. Sendo assim, cabe ao Estado “proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação (Constituição da República de Angola, 2010, Art.21).

O PA é uma variedade que exprime as singularidades das experiências históricas e socioculturais dos seus falantes e hoje é falada pela maioria da população angolana como segunda língua por cerca de 71% (ANGOLA, 2016). A norma utilizada para o PA, no entanto, é baseada

num padrão inspirado nos usos literários de escritores portugueses, estabelecendo-se como padrão de “língua certa” um modelo que se afasta do português falado pela população angolana. Esse defasamento entre a língua falada pela população e a utilização de normas de regulação baseadas no português europeu é um ato que Bagno (2008, s.p.) descreve como sendo a “negação do outro, negação de si, alienação total e absoluta, esquizofrenia perfeita”.

Angola vive uma esquizofrenia linguística (BAGNO, 2008) porque se fala o português angolano e não português de Portugal. Essa variedade é resultante de séculos de contatos linguísticos entre o português e as línguas africanas, europeias e asiáticas faladas naquele espaço. Mas, é com base num padrão de língua “correta” e “ideal” que todas as formas de falar que não se enquadram nesse modelo são estigmatizadas e colocadas à margem junto com os seus falantes. Alguns desatentos ainda entendem que a variação linguística atenta contra à “pureza” linguística, como se todas as línguas naturais em uso do mundo fossem estáticas. Nesse prisma, todas as formas de falar que não seguem o padrão “correto” são tidas como erradas ou formas inferiores. Em geral, os dialetos das populações menos privilegiadas socialmente tendem a sofrer mais estigma porque “quanto menos valor (isto é, prestígio) têm os falantes na escala social, menos valor tem o dialeto que falam” (POSSENTI, 2012, p.28).

No contexto angolano, falar “corretamente” significa reproduzir a fonética, a morfologia, a sintaxe, entre outros níveis linguísticos característicos do português europeu. Quem mais se aproxima do estilo de falar europeu, portanto, é considerado como o “bom” falante, sendo que o oposto acaba sendo designado como o “mau” falante ou aquele que não “sabe falar português”. Assim sendo, é comum que as pessoas que não conseguem reproduzir o padrão lusitano sejam julgadas preconceituosamente como maus falantes do português, pois não dominam o sotaque europeu.

Em outros casos, observa-se que os falantes que reproduzem o padrão lusitano oprimem os que não conseguem “imitar” essa variante e chegam a ridicularizá-los, excluindo-os de certos círculos sociais, o que ao nosso ver é um autêntico preconceito linguístico que deveria ser combatido com veemência. Os críticos dos sotaques não têm a noção de que em Portugal não se fala português da mesma forma, quer dizer, há dialetos⁴ que caracterizam a origem geográfica dos falantes de províncias, distritos ou freguesias. Além disso, o domínio da variante prestigiada constitui um meio de ascensão social em Angola, posto que está diretamente associado à ideia de ter sido bem instruído academicamente.

Por essa razão, não raras vezes as pessoas que aparecem nos meios formais da sociedade reproduzem e impõem a reprodução da variante prestigiada aos demais falantes no país. Logo, variantes que tendem a evidenciar as características do português angolano são consideradas “erradas” ou “inferiores”. Esta prática é identificada como indicadora do preconceito linguístico, segundo Bagno (2015).

De acordo com Fiorin (2011, s.p) “ridicularizar a língua que uma pessoa fala é ridicularizar a própria identidade da pessoa”. Assim sendo, ridicularizar a forma como fala um cidadão do

4. É importante destacar que a noção de “dialeto” utilizada no presente trabalho não se refere a uma forma inferior, primitiva ou estigmatizada de uma língua, mas sim a forma característica de falar de determinado grupo social geograficamente localizado.

Bengo, de Luanda, de Benguela ou da Huíla, é depreciar a identidade e a cultura da pessoa, já que a língua carrega elementos socioculturais do falante. Em Angola, há uma atitude de intolerância contra a fala das pessoas que não seguem o português considerado “correto” (o europeu) e, assim, despreza-se as falas regionais.

A variação é um fenômeno intrínseco a qualquer língua, por isso, depreciar uma variedade é negar a existência da variação linguística. Para Possenti (2012) não existe língua homogênea ou invariável, isso significa que não existe nenhuma sociedade em que as pessoas falam de maneira idêntica. A variação linguística é resultante da heterogeneidade social e cultural em que as comunidades de fala estão envolvidas. Para o autor, a variação é motivada por fatores internos e externos à língua.

Um dos tipos de fatores que produzem diferenças na fala de pessoas são externos à língua. Os principais são os fatores geográficos, de classe, de idade, de sexo, de etnia, de profissão etc. Ou seja: pessoas que moram em lugares diferentes acabam caracterizando-se por falar de algum modo de maneira diferente em relação a outro grupo. Pessoas que pertencem a classes sociais diferentes, do mesmo modo (e, de certa forma, pela mesma razão, a distância — só que esta é social) acabam caracterizando sua fala por traços diversos em relação aos de outra classe. O mesmo vale para diferentes sexos, idades, etnias, profissões. [...] Também há fatores internos à língua que condicionam a variação. Ou seja, a variação é de alguma forma regrada por uma gramática interior da língua. Por isso, não é preciso estudar uma língua para não “errar” em certos casos. Em outras palavras, há “erros” que ninguém comete, porque a língua não permite. (POSSENTI, 2012, p.34-35, grifos do autor).

Constata-se, pois, que a existência da língua pressupõe a variação linguística, fenômeno que reflete a diversidade social. Ademais, verifica-se que a variação é influenciada por fatores que atuam dentro e fora da língua, pelo que fica mais uma vez evidenciado que não existem línguas invariáveis ou uniformes. Portanto, não existe uma língua melhor, mais correta ou mais evoluída que a outra, mas um conjunto diversificado de variedades que formam a língua portuguesa. A normatização do português angolano é uma premência, pois permitirá o seu ensino nas escolas e a consequente utilização em outros setores do país.

3- METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DE DADOS

No presente artigo, procuramos analisar a percepção dos falantes angolanos com relação a variedade local. Para melhor atender os objetivos apresentados, a pesquisa escolheu o caráter bibliográfico e cruzado com a de campo. Para tal, aplicou-se o método quantitativo para analisar os dados.

No que tange à pesquisa bibliográfica, fizemos leitura de diversos livros, artigos e conteúdos audiovisuais da internet que abordam o tema de pesquisa, inseridos na área da sociolinguística.

Posteriormente, aplicamos um questionário destinado a 38 angolanos residentes nas províncias de Luanda e Bengo, sendo que as duas estão localizadas na região norte de Angola. A escolha da província de Luanda (capital) acontece em razão de ser a mais habitada do país, com cerca de 6 945 386 de habitantes (ANGOLA, 2016). A província do Bengo foi escolhida pelo fato de ser a província menos populosa de Angola, com cerca de 356. 641 habitantes, segundo Angola (2016). Dessa forma, procuramos compreender as atitudes linguísticas dos falantes dessas províncias em relação ao português angolano. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário online (formulários Google) que continha 15 perguntas diversas. A aplicação do questionário online permitiu a coleta de informações de um modo simples e eficiente. Esse tipo de aplicação de questionário permitiu que os dados fossem coletados à distância e de forma rápida, até porque em momentos de pandemia não havia possibilidade de contato físico com os informantes.

Dentre as desvantagens da metodologia aplicada, destaca-se o fato de ser necessário o acesso à internet e possuir conhecimentos básicos de informática para usá-la, o que poderia constituir um entrave num país como Angola com dificuldades no uso das tecnologias e no fornecimento da rede de internet. Ademais, por se tratar de um questionário online, mesmo que as informações indiquem o público alvo da pesquisa, outras pessoas podem responde-lo.

O questionário é composto por 15 perguntas, das quais 13 fechadas e 2 abertas. Quanto à diferença entre os dois tipos de perguntas, Alves (2013) considera que as perguntas fechadas não permitem desenvolvimento de ideias, mas sim escolha simples das opções. Por seu turno, as perguntas abertas pedem respostas mais abrangentes e com mais conteúdo, fornecendo mais informações. Elas podem estimular o desenvolvimento de ideias. As perguntas diferenciaram o sexo (masculino e feminino), as faixas etárias (jovens, adultos e idosos) pelo fato de ser elementos diferenciadores nas análises sociolinguísticas labovianas.

Os dados mostram que a primeira faixa etária (18 a 30 anos) participou na pesquisa em 69,4% e os homens são os que mais preencheram o formulário. Os dados mostram que os pais dos informantes têm uma língua africana como língua materna (59,5%) e as mães em 64,9%. Em 94,7% os informantes responderam que falam português com os seus pais em casa. Os dados mostram que os informantes preferem conversar em português com os seus pais (94,7%). Com relação a conversa com os amigos, todos os informantes afirmaram que preferem conversar em português. Os informantes preferem ensinar português aos filhos.

A maioria dos informantes acha que fala bem português (68,4%), mas que os professores falam mal (64,9%). Os informantes acham que só em Portugal fala-se melhor português (94,3%). Em contexto de Angola, os inquiridos afirmaram que só em Luanda (73%) se fala bem português.

Com relação as faixas etárias, os inquiridos afirmaram que os adultos falam melhor português (62,2%). Com relação a expressão “Tás a lhe buzinar ou repreender, tá mbora te ofender”, os informantes entendem que o cantor Yannick Afroman usou uma expressão errada (92,1%). Com relação a última pergunta, que era de tipo aberta, os informantes deixaram claro que o angolano possui um bom sotaque do português.

O questionário foi respondido maioritariamente por jovens, o que pode sugerir que estes são os que mais utilizam as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e têm domínio delas no país. Os dados do questionário demonstram ainda a existência do preconceito linguístico em Angola, uma vez que os angolanos acham que o português falado em Luanda é o melhor, depreciando o português falado nas outras províncias do país. Além disso, os angolanos entendem que somente em Portugal se fala bem o português e inferiorizam as outras variedades que formam a língua portuguesa. Essa ideia de que existe língua “certa” e “errada” desconsidera as variantes e variedades linguísticas presentes no português angolano, resultando num ato de intolerância contra as diferenças sociolinguísticas e culturais dos falantes.

Dos dados constatou-se que a noção simplista que separa o uso da língua em “certo” e “errado” está bastante arraigada no país, posto que a maior parte dos informantes respondeu que fala “bem” o português, mas que os professores falam “mal”. Ademais, salienta-se que para os angolanos falar “bem” significa reproduzir o padrão do português Europeu, enquanto que “falar mal” significa estar afastado dessa variante ou utilizar uma determinada variedade que não seja a europeia. Assim sendo, a sociedade angolana considera os “melhores falantes de português” aqueles que melhor reproduzem as características fonológicas do português Europeu. Entretanto, Bagno (2015) nos mostra que configura preconceito linguístico afirmar que “somente em Portugal se fala bem o português”, visto que a língua portuguesa é heterogênea e composta por diversas variedades, entre as quais a variedade do português angolano, brasileiro, guineense, moçambicano, macauense, timorense, são tomense, cabo-verdiano, são tomense, bissau-guineense e recentemente o equatorial-guineense, a depender do ritmo que este último irá empreender no ensino e na divulgação do português.

Outra análise dos dados permitiu verificar que os pais dos informantes falam as línguas nacionais africanas, mas que os mais jovens tendem a ser monolíngues em português e utilizam esta língua como meio de comunicação preferencial no dia a dia e a ensinam aos seus filhos, cenário que evidencia o poder da língua portuguesa como língua oficial, língua de mobilidade social e de prestígio no país.

Nesse sentido, acreditamos que a política linguística adotada pelo Estado angolano determina a escolha e o posicionamento das instituições e dos seus cidadãos quanto à utilização e tratamento das línguas, dado que essa política seleciona as línguas que serão utilizadas na educação, no sistema judiciário, na administração pública, nos meios de comunicação, entre outros setores da vida pública. Em Angola, a língua portuguesa é a única língua oficial e detém privilégio em relação as línguas nacionais de origem africana, fazendo com que os cidadãos angolanos, sobretudo os jovens, aprendam apenas o português, pois esta é a única língua de escolaridade, da administração pública, de prestígio, dos grandes centros urbanos, a língua na qual a Constituição do país foi redigida, faltando a tradução ou a interpretação nas diversas línguas nacionais de origem africana. Como forma de preservar o plurilinguismo e a pluricultura, Angola precisa oficializar as línguas nacionais de origem africana e incluí-las nos diversos setores da sociedade, especialmente no sistema educativo em que o fraco domínio da língua portuguesa é uma das razões do insucesso escolar.

4 - ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NAS ESCOLAS ANGOLANAS

A inexistência do ensino da variação linguística nas escolas angolanas é uma realidade, basta olhar para os manuais escolares do 1º ao 12º anos. Esses manuais (livros) escolares não têm nenhuma unidade ou capítulo destinado ao debate sobre a variação linguística. Quer dizer, para esse ensino do português, a variação linguística não existe e não merece ser discutida em sala de aula. O ensino continua atrelado à concepção maniqueísta que situa a língua “correta” e língua “errada” em lados totalmente opostos. Nessa perspectiva, a escola perpetua um ensino de língua voltado para a aprendizagem de regras gramaticais (gramática normativa) e que considera apenas a norma padrão como a variedade “correta” para ser usada. Os dicionários utilizados apresentam aspectos léxico-semânticos da variedade europeia, o que provoca distanciamento com a realidade angolana cujo léxico predominante são os angolanismos⁵.

Dessa forma, o ensino de língua passa a assumir um caráter predominantemente normativo, fazendo com que a escola considere apenas a norma do português europeu como a “ideal e correta” para ser aprendida e seguida pelos alunos. Desconsidera-se, assim, o português angolano, já que o ensino é centrado numa variedade tida como prestigiosa e “correta”. Nessa visão de língua concebida pela escola angolana, as variedades regionais do português local resultam em formas “mal faladas” e passíveis de marginalização por parte da escola e da sociedade.

A discussão e o ensino sobre a variação linguística são quase inexistentes nas escolas de Angola, especialmente nas aulas de língua portuguesa. Os programas para o ensino de língua portuguesa no ensino primário (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª classes), do ensino secundário do primeiro ciclo (7ª, 8ª e 9ª classes) e do segundo ciclo do ensino secundário (10ª, 11ª e 12ª classes) não contemplam as discussões sobre a variação linguística e não preveem o seu ensino nas aulas de língua portuguesa. Os programas de ensino para esses níveis contemplam apenas o ensino da norma padrão e excluem o conteúdo sobre a variação linguística, fazendo com que os alunos não tenham acesso às discussões acerca da variação e dinamicidade da língua.

A ausência de discussões sobre a variação linguística contribui em grande medida para a fomentação e perpetuação do preconceito linguístico no país, posto que a escola apresenta aos alunos uma visão de língua como realidade uniforme. Todavia, Possenti (2012) considera que quem sonha com uma língua homogênea o faz por mania repressiva ou medo da variedade, que constitui uma das melhores coisas que a humanidade inventou.

Por conseguinte, os programas de ensino e as aulas de língua portuguesa no país devem contemplar as discussões sobre a variação que permeia qualquer língua, especialmente a respeito da variedade angolana do português. Diante da heterogeneidade da sociedade angolana, a qual é refletida também em sala de aula, o português angolano expressa a história sociocultural dos

5. São unidades lexicais, são expressões, são construções semânticas, sintáticas, morfológicas, pragmáticas e discursivas característicos da variedade angolana do português e que particularizam e identificam o português falado ou escrito naquele lugar geográfico.

falantes. Assim, não existe língua correta e língua errada, mas diferentes formas de realização do sistema linguístico denominado língua portuguesa.

Um dos aspectos que faz com que não haja debate sobre a variação linguística em sala de aula é a formação dos professores de língua portuguesa. Segundo Miguel (2014), a questão linguística constitui um dos principais fatores do insucesso escolar em todos os níveis de ensino do país, uma vez que, entre outras razões, muitos dos professores que lecionam a disciplina de língua portuguesa não têm formação na área e, para além disso, desconhecem os procedimentos metodológicos para o ensino da língua. Portanto, é de extrema importância que os docentes de língua tenham formação condizente com a sua função e que esta formação leve em consideração as discussões fomentadas no âmbito das pesquisas acadêmicas sobre o uso e ensino da língua.

Discutindo sobre “educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula”, Bortoni-Ricardo (2009) colocou alguns problemas que podem ocorrer em sala quando um professor está mal formado ou sem formação: (i) o professor pode identificar erros de leitura, mas não conseguirá fazer a distinção entre diferenças dialetais e erros de decodificação na leitura; (ii) o professor não poderá perceber o uso de regras não padrão, quer dizer, a regra será “invisível” para ele; (iii) o professor não perceberá traços da variedade ou da variante porque ele faz parte daquela comunidade de fala. O professor pode se colocar numa posição superior como se a sua variante (sotaque) seja o modelo para os alunos, mas que isso não constitui verdade, tal como se debateu ao longo deste artigo.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A língua portuguesa chegou em Angola por meio do processo histórico (colonização portuguesa), tendo se difundido em todas as províncias através da educação massiva. Nessa viagem, o português entrou em contato com as diversas línguas africanas, ganhando novas características em função desse contato linguístico que durou mais de 5 séculos.

Desse contato linguístico deu-se origem a variedade angolana do português, resultante das experiências e particularidades sócio-históricas e culturais dos angolanos. Com o passar dos anos, o português foi se transformando em todos os níveis linguísticos e hoje é língua segunda para 71% da população (ANGOLA, 2016), pelo que já se pode afirmar que o português é uma língua nacional de origem europeia. Entretanto, esse percentual de falantes nos inquieta porque o INE (2016) não teve a preocupação de detalhar se esse número diz respeito ao português falado como primeira ou segunda língua no país.

Uma variedade não é uma língua, quer dizer, a variedade respeita e segue as normas da língua. Variar não significa abandonar na totalidade as regras da língua, por isso haverá inteligibilidade entre os falantes de diversas variedades. Não se pode procurar uniformizar as variedades, porque os impulsos da variedade provem das culturas e dos hábitos inerentes a uma comunidade de fala. A pormenorização dos dados ajudaria na adoção de um ensino de língua condizente com a realidade sociolinguística do país.

O preconceito linguístico surge da necessidade dos falantes em uniformizar a língua, o que

ao nosso ver será impossível, visto que a língua é dinâmica enquanto tiver falantes dinâmicos. Isso significa que as variedades resultam da dinâmica social e dos seus falantes. Pensar que a variedade europeia é a mais correta é ao mesmo tempo desprezar as diversas variedades faladas em diversos espaços da lusofonia. Entretanto, ficou evidente que todas as línguas variam, influenciadas por fatores geográficos, sociais ou contextuais, econômicos, de idade (variáveis sociais e linguísticas), entre outros. A língua portuguesa falada em Angola varia naturalmente, sendo que o seu ensino deve refletir essa heterogeneidade e contemplar os aportes da área da sociolinguística a respeito dos fenômenos da linguagem. Ressalta-se que a escola deve ensinar a norma padrão, mas reconhecendo e respeitando às diferenças sociolinguísticas do aluno e não rotular a sua variante como “errada”, já que assim a escola estaria a estigmatizar a identidade do falante.

Portanto, os programas de ensino de língua portuguesa no país precisam incluir as discussões sobre a variação linguística nos currículos educacionais, de forma a desconstruir a visão generalizada de língua enquanto realidade homogênea. Faz-se igualmente necessário que os angolanos normatizem a sua variedade do português e a ensinem nas escolas do país, o que instituiria uma defesa contra o preconceito linguístico.

O Instituto Nacional de Estatística de Angola é uma instituição que realiza o recenseamento populacional, colhendo as informações sobre os locais onde as línguas são faladas e as quantidades percentuais dos falantes. Só que os dados oferecidos não especificam com exatidão as línguas faladas no território. Esperava-se que os questionários de recolha de dados do INE pudessem perguntar de forma clara quais as línguas que cada informante fala. Esses dados poderiam resolver as ambiguidades com relação às línguas faladas em Angola e na adoção de políticas consentâneas com a diversidade linguística do país.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lincoln Máximo. *A arte de fazer perguntas*. Novembro/2013.

ANGOLA. *Constituição da república de Angola*. Luanda: Assembleia Nacional, 2010.

AVELAR, Juanito; GALVES, Charlotte. O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro. *Linguística*, Montevideo, v.30, n°2, p.241-288, dic. 2014. BAGNO, M. Preconceito linguístico. 56.ed. São Paulo: Parábola, 2015.

BAGNO, M. *O racismo linguístico do Brasil*. Portal Geledés. 18 de set. de 2008. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-racismo-lingueistico-do-brasil/>>. Acesso em: 04 nov.2020.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2009.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Aspectos teóricos da ortografia. In: SILVA, Maurício et.al.(Org.). *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso, representações*. São Paulo: Contexto, 2009, p.17-52.

CHICUNA, Alexandre Mavungo. *Portuguesismos nas línguas bantu: para um dicionário português/kiyombe*. 3.ed. Lisboa: Colibri, 2018.

DIAGNE, Pathé. História e linguística. In: KI-ZERBO, Joseph. (Org.). *História geral da África: Metodologia e pré-história da África*. vol.1, 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.p.247-282.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FEHN, A.-M. (Eds.). *Khoisan Languages and Linguistics*. Proceedings of the 4th International Symposium July 11-13, 2011. Riezlern/Kleinwalsertal. Köln: Rüdiger Köppe Verlag, 2017.

HEINE, B.; HONKEN, H. The Kx'a family: A new Khoisan genealogy. *Journal of Asian and African Studies* (Ajia Afuriku gengo bunka kenkyu). Vol. 79, p.5–36, 2010.

HEINE, B.; NURSE, D. *African languages: an introduction*. Cambridge: CUP, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS. *Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola*. Luanda: INE, 2016.

INVERNO, L. A transição de Angola para o português: uma história sociolinguística. In: TORRAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (Org.). *Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008. p.1-19.

FIORIN, José Luiz. *Fala da polémica sobre o livro didático*, 2011. 1 vídeo (16:10 min). Publicado pelo canal Editora Contexto. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pOkhXDRRxSc>. Acesso em: 04 nov. 2020.

KÖHLER, Oswin RA. Khoisan languages. In: *Encyclopædia Britannica*, Inc. 2004.

MAHO, Jouni Filip. *NUGL Online*. The online version of the New Updated Guthrie List, a referential classification of the Bantu languages. 2009. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20180203191542/http://goto.glocalnet.net/mahopapers/nuglonline.pdf> >. Acesso em: 9 jan. 2021.

MIGUEL, Maria Helena. *Dinâmica da pronominalização no português de Luanda*. Luanda: Mayamba Editora, 2014.

MORTON, F.; HITCHCOCK, R. Tswana hunting: Continuities and changes in the Transvaal and Kalahari after 1600. *South African Historical Journal*, vol.66, n°3, p.418–439, 2014.

NGUNGA, Armindo. *Introdução à linguística bantu*. Maputo: Imprensa Universitária, 2015.

PETTER, M. *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. 2ª ed. Campinas, Mercado de Letras, 2012.
TIMBANE, Alexandre Antônio. MANUEL, Catia. O crioulo da Guiné-Bissau é uma língua de

base portuguesa? Embate sobre os conceitos. *Revista de Letras JUÇARA*, Caxias – Maranhão, v. 2, n. 2, p. 107-126, dez. 2018.

TIMBANE, Alexandre António; SANTANA, Yuran Fernandes Domingos; AFONSO, Euclides Victorino Silva. A cultura hip-hop e os angolanismos léxico-semânticos em Yannick Afroman: a língua e a cultura em debate. *Afluentes*, Bacabal - Maranhão, v.4, n.12, p. 104-128, mai./ago. 2019.

UNDOLO, M. E. da S. *Caracterização da norma do português em Angola*. 330p. Tese. Doutor em Linguística. Universidade de Évora, Instituto de Investigação e Formação Avançada, Évora, 2014.

ZAU, Domingos Gabriel Dele. *A Língua Portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização*. 204p. Tese de doutorado. Universidade da Beira Interior, Departamento de Letras, Covilhã, 2011.

Yuran Fernandes Domingos Santana

Graduando em Letras - (UNILAB), Campus dos Malês (BAHIA). Atuou como bolsista do Programa PULSAR - Letras. É membro do Grupo de Pesquisa África-Brasil: Produção de Conhecimento, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global. É pesquisador e bolsista do projeto a variação léxico-semântica do português guineense e do projeto os khoisan de Angola: políticas linguísticas e pesquisa sociolinguística dos povos e línguas em extinção, coordenado pelo Prof. Dr. Alexandre António Timbane (UNILAB)

Alexandre António Timbane

Pós-Doutorado em Linguística Forense (UFSC), Pós-Doutorado em Estudos Ortográficos (UNESP), Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP), Mestre em Linguística e Literatura moçambicana (2009) pela Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Licenciado e Bacharel em Ensino de Francês (2005) pela Universidade Pedagógica, Moçambique.

Professor da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus dos Malês. É professor convidado no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Coordenador do Curso de Português para estudantes estrangeiros do PEC-G (CELPE-BRAS). Email: alextimbana@gmail.com

Recebido em 10/03/2021.

Aceito em 10/05/2021.